



Hospitais do Norte juntam-se para comprar medicamentos

O objectivo é conseguir poupanças de larga escala na aquisição de medicamentos.

CATARINA DUARTE

catarina.duarte@economico.pt

Os hospitais da região Norte juntaram-se na compra centralizada de medicamentos. O objectivo é ganharem margem negocial junto da indústria farmacêutica e assim alavancarem poupanças de muitos milhões de euros.

Numa primeira fase, apurou o Diário Económico, os hospitais reuniram as comissões técnicas de farmácia e terapêutica, que incluem médicos e farmacêuticos dos vários hospitais, para definir três medicamentos equivalentes para tratar cada patologia, nas quatro áreas que mais pesam na despesa: oncologia, HIV-Sida, cardiologia e ortopedia.

Agora, numa segunda fase, vão começar a negociar com os fornecedores. Aquele que apresentar o preço mais barato será o medicamento eleito para fornecer os 19 hospitais da região. Para já, não é possível concretizar valores de poupança, mas um dos administradores hospitalares que está a acompanhar o processo garante que “será seguramente de milhões de euros”.

Uma das medidas inscritas no memorando da ‘troika’ é a compra centralizada de medicamentos, como forma de gerar poupanças e combater o desperdício. Ainda na anterior legislatura, o Governo avançou com a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), com o objectivo de funcionar como uma central de compras. Mas os hospitais acreditam que conseguem melhores preços se negociarem directamente com a indústria.

O ministério de Paulo Macedo recusa a ideia de uma sobreposição. “Trata-se de uma acção articulada com a SPMS, e de encontro com o memorando da ‘troika’”, disse ao Diário Económico fonte oficial do Ministério da Saúde, acrescentando que “os bons preços obtidos no Norte poderão servir de ‘benchmark’ para os hospitais do resto do País. Neste processo de disseminação de boas práticas, a SPMS terá um papel decisivo”. ■

Indústria questiona acção dos hospitais

A Apifarma, que representa a indústria farmacêutica, coloca dúvidas à acção levada a cabo pelos hospitais do Norte. “A escolha de cada um desses medicamentos foi validada pela Ordem dos Médicos? A definição das ‘guidelines’ seguiu normas internacionais já consensualizadas? A Direcção-Geral de Saúde que, em conjunto com a Ordem dos Médicos, tem estado, precisamente, a definir ‘guidelines’ terapêuticas para o Serviço Nacional de Saúde, foi ouvida? Que mecanismos garantem que as escolhas terapêuticas feitas são as mais correctas?”, questiona a associação que representa a indústria. A Apifarma critica ainda o facto da decisão dos hospitais ser “desarticulada da entidade criada pelo Ministério da Saúde para realizar compras centralizadas para o SNS [Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)]”.